



RB Capital Investimentos Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
relatório do auditor independente

30 de junho de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre às demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de julho de 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.granthornton.com.br

Aos
Administradores e Cotistas da
RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
(anteriormente denominada RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao semestre anterior

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, sem modificação, datado de 22 de agosto de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

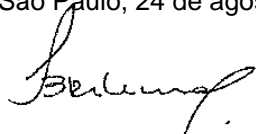
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ mil

A T I V O	NE	30/06/18	30/06/17
CIRCULANTE		3.049	2.128
DISPONIBILIDADES		230	68
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4 e 5	1.889	1.955
Carteira própria		1.889	1.955
OUTROS CRÉDITOS		921	98
Rendas a receber	6.1	510	69
Negociação e intermediação de valores	6.2	21	-
Diversos	6.3	390	43
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)	6.1	-	(14)
OUTROS VALORES E BENS		9	7
Despesas antecipadas		9	7
NÃO CIRCULANTE		87	587
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	585
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	-	585
Carteira própria		-	585
INTANGÍVEL		87	2
Ativos Intangíveis		94	7
(Amortização acumulada)		(7)	(5)
TOTAL DO ATIVO		3.136	2.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.			
CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76			
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017			
Valores em R\$ mil			
P A S S I V O	NE	30/06/18	30/06/17
CIRCULANTE		411	113
OUTRAS OBRIGAÇÕES		411	113
Sociais e estatutárias	7.1	158	-
Fiscais e previdenciárias	7.2	125	39
Negociação e intermediação de valores	7.3	4	9
Diversas	7.4	124	65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.725	2.602
Capital:	8.1	2.036	2.036
De Domiciliados no país		2.036	2.036
Reservas de lucros	8.3	1.089	860
(Prejuízos acumulados)		(40)	(117)
(Ações em Tesouraria)	8.2	(360)	(177)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.136	2.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	NE	1º-SEM-18	1º-SEM-17
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		434	648
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		434	648
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		434	648
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(333)	(765)
Receitas de prestação de serviços	11	1.720	269
Despesas de pessoal	12	(453)	(281)
Outras despesas administrativas	13	(1.578)	(685)
Despesas tributárias		(182)	(90)
Outras receitas operacionais		165	23
Outras despesas operacionais		(5)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		101	(117)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	14	101	(117)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(141)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		(40)	(117)
Nº de cotas.....:		203.601.900	203.601.900
Lucro/(Prejuízo) por mil cotasR\$		-0,20	-0,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ mil

Semestre de 01/01/18 a 30/06/18						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/18	2.036	282	807	-	(205)	2.920
Ações em tesouraria	-				(155)	(155)
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre				(40)		(40)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/18	2.036	282	807	(40)	(360)	2.725
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	(40)	(155)	(195)
Semestre de 01/01/17 a 30/06/17						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/17	2.036	282	578	-	(177)	2.719
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre				(117)		(117)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/17	2.036	282	578	(117)	(177)	2.602
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	(117)	-	(117)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	1º-SEM-18	1º-SEM-17
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(40)	(117)
Depreciações e amortizações	1	-
	<u>(39)</u>	<u>(117)</u>
Varição de Ativos e Obrigações		
	<u>(242)</u>	<u>(893)</u>
Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	998	520
Aumento de outros créditos	(844)	(56)
(Aumento) redução de outros valores e bens	(3)	6
Aumento em outras obrigações	(271)	(1.112)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(122)	(251)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(281)</u>	<u>(1.010)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Intangível	(87)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(87)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ações em tesouraria	(155)	-
Dividendos pagos e propostos	-	(721)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(155)	(721)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(523)</u>	<u>(1.731)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	753	3.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	230	2.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	1º-SEM-18	1º-SEM-17
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(40)	(117)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(40)	(117)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

(anteriormente: RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RB Capital Investimentos DTVM Ltda. (“Distribuidora”) (anteriormente denominada RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), constituída em 1983, atua no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros.

A Sociedade tem como objeto social comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; praticar operações de conta margem; operar em bolsa de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 17 de outubro de 2017 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a mudança da denominação social para RB Capital Investimentos DTVM Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu algumas normas, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são os que seguem abaixo e foram considerados na preparação das demonstrações financeiras:

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16

- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente- homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16
- CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 24 de agosto de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.3. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação.

II - Títulos disponíveis para venda.

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

3.6. Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada em 5 anos à taxa de 20% ao ano.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/15 convertida pela Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 e com vigência até 31 de dezembro de 2018, quando retornará a alíquota de 15%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, a perda por impairment é reconhecida se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

3.10. Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Disponibilidades – Depósitos bancários	230	68
Certificado de Depósitos Bancários (*)	-	1.955
Total	<u>230</u>	<u>2.023</u>

(*) Refere-se a operações compromissadas bancárias, com liquidez diária, e rendimento indexado ao CDI conforme demonstrado na nota explicativa nº5.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel	Categoria	30/06/18			30/06/17
		Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Valor de mercado (contábil)
Certificado de Depósito Bancário - CDB (*)	Títulos disponíveis para venda	-	230	-	230
Cotas de Fundos de Investimento	Títulos disponíveis para venda	<u>1.659</u>	<u>-</u>	<u>=</u>	<u>1.659</u>
Total		<u>1.659</u>	<u>230</u>	<u>=</u>	<u>1.889</u>

(*) O valor de custo amortizado dos CDBs, representa substancialmente o valor justo dos mesmos em 30/06/2018 e 30/06/2017.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
6.1 Rendas a receber (*)	510	69
(-) Provisão para liquidações duvidosas (**)	-	(14)
	<u>510</u>	<u>55</u>

(*) O valor de contas a receber refere-se à comissão pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários pela Distribuidora.

(**) Refere-se a provisão por recebíveis vencidos e ainda não recebidos.

6.2 Negociação e intermediação de valores

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Devedores – Conta de liquidação pendente	<u>21</u>	-
Total	<u>21</u>	<u>=</u>

6.3 Diversos

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Adiantamento e antecipações salariais	-	6
Impostos e contribuições a compensar	70	36
Pagamentos a ressarcir	317	-
Devedores diversos - País	<u>3</u>	<u>1</u>
Total	<u>390</u>	<u>43</u>

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

7.1. Sociais e Estatutárias

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Juros sobre capital próprio a pagar	158	=
Total	<u>158</u>	<u>=</u>

7.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e as contribuições a recolher.

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Impostos retidos de terceiros	10	4
Impostos retidos de salários	24	14
Impostos retidos sobre renda fixa/ Fundos	28	3
Pis	4	-
Cofins	27	-
ISS	25	-
Outros impostos	<u>7</u>	<u>18</u>
Total	<u>125</u>	<u>39</u>

7.3. Negociação e Intermediação de valores

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Credores – Conta de liquidação pendente	<u>4</u>	<u>9</u>
Total	<u>4</u>	<u>9</u>

7.4. Diversas

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Provisão para despesas de pessoal a pagar	83	58
Provisão de outras despesas administrativas – consultoria	-	2
Provisão de outras despesas administrativas – custodia	8	5
Credores Diversos-Pais	33	-
Total	<u>124</u>	<u>65</u>

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social

O capital social de R\$ 2.036 está composto por 203.601.900 cotas, subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

8.2. Cotas em tesouraria

Em 14 de maio de 2018 foram recompradas 9.581.259 cotas, que serão mantidas em tesouraria, no montante de R\$ 155.

8.3. Destinação do lucro

Os saldos de lucros acumulados são destinados no encerramento do exercício social.

8.4. Juros sobre o capital próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram provisionados juros sobre o capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

9.1. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

9.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes referentes a processos judiciais e administrativos de natureza cível foram classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, sob risco de perda possível e não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2018 e 2017, estes processos totalizavam R\$ 299, porém em caso de perda a Distribuidora será reembolsada pelos antigos acionistas por se tratar de uma ocorrência de responsabilidade anterior ao processo de mudança acionaria.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não existiam processos judiciais trabalhistas e fiscais em tramitação em nome da Distribuidora com classificação de perda possível ou provável.

10. PARTES RELACIONADAS

- a) As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias acordadas entre as partes. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, as transações com partes relacionadas estão sumariadas, conforme abaixo:

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Ativo circulante:		
Rendas a Receber - Com ligadas (i):		
RB Capital S.A	488	-
RB Capital Debentures Incent.	<u>2</u>	-
Total do ativo	<u>490</u>	=
Passivo circulante:		
Sociais e Estatutárias:		
Juros sobre capital próprio a pagar para sócios	<u>158</u>	-
Total do passivo	<u>158</u>	=
Resultado:	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Com ligadas (i):		
Receita de prestação de serviços – RB Capital S.A	543	-
Receita de prestação de serviços - RB Capital Cia de Securitização.	111	111
Receita de prestação de serviços – RB Capital Debêntures Incent	7	16
Receita de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	-	2
Receita de prestação de serviços - RB Capital Fundo de Investimento Renda Fixa	1	-
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	-	(1)
Despesa de prestação de serviços – RB Capital Empreendimentos S/A.	-	(12)
Despesa de prestação de serviços - RB Capital S.A.	<u>(14)</u>	-
Total do resultado	<u>648</u>	<u>116</u>

- (i) Referem-se a prestação pela Distribuidora de serviços de custódia, implementação e distribuição de Cessão de Crédito Imobiliário - CCI e Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os administradores da Distribuidora atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e distribuição, sendo remunerados de acordo com a dedicação a cada atividade desempenhada.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Distribuidora não pagou honorários a seus administradores.

11. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 1.720 (R\$ 269 em 2017) refere-se às receitas de comissão pela prestação dos serviços de colocação de títulos, sendo que R\$ 662 (R\$ 129 em 2017) refere-se a receita com partes relacionadas conforme nota explicativa 10 (a).

12. DESPESA DE PESSOAL

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Salários - Proventos	(232)	(166)
Previdência social	(58)	(40)
Fundo de Garantia por tempo de serviço	(18)	(13)
Benefícios	(63)	(56)
Outras despesas com pessoal	<u>(82)</u>	<u>(6)</u>
Total	<u>(453)</u>	<u>(281)</u>

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Intermediação de agente autônomo	(678)	(44)
Serviços do sistema financeiro	(150)	(65)
Serviços técnicos especializados	(214)	(165)
Serviços de processamento de dados	(281)	(175)
Publicações	(7)	(8)
Patrocínios	(108)	(103)
Associação de classe	(30)	(18)
Viagens	(95)	(78)
Diversas	<u>(15)</u>	<u>(29)</u>
Total	<u>(1.578)</u>	<u>(685)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	101	(117)
(-) Participação estatutárias no lucro e participações	(141)	-
Adições de despesas não dedutíveis	3	13
Base de cálculo	<u>(37)</u>	<u>(104)</u>
Contribuição social – 20%	-	-
Imposto de renda - 15%	-	-
IRPJ - 10% parcela adicional	-	-
Incentivos Fiscais - Lei Rouanet art. 18º	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 30 de junho de 2018 a Distribuidora possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 37 (R\$ 104 em 2017).

15. RISCOS OPERACIONAIS E DE MERCADO

A Distribuidora participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de políticas e sistemas de controle.

15.1. Risco de Taxa de Juros

Os resultados financeiros da Distribuidora estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros de mercado.

A Distribuidora não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Distribuidora não efetua aplicações de caráter especulativo, tampouco em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

15.2. Gestão de Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Distribuidora a incorrer em perdas financeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Distribuidora vem aplicando seus recursos em instrumentos financeiros emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Distribuidora adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito com a constituição de garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

15.3. Risco de Capital

A Distribuidora administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da relação entre dívidas e patrimônio / capital próprio.

A estrutura de capital da Distribuidora é formada pelo caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui o capital emitido e reservas).

15.4. Riscos de Crédito, Liquidez e Mercado

A Distribuidora possui uma Área de Risco responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco necessárias a atender disposições regulatórias. A Área de Risco é subordinada ao Diretor de Risco, que é designado como responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mercado.

As estruturas de gerenciamento de risco são compostas pelos seguintes agentes:

- a) Comitê de Riscos, responsável por revisar as políticas e limites operacionais de risco, submetendo-os anualmente à aprovação da Diretoria Executiva, e pelo acompanhamento da carteira, seu nível de concentração e de risco.
- b) Área de Risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar ao Comitê de Riscos os níveis de risco de crédito, liquidez e mercado da instituição, garantindo o cumprimento das políticas de gerenciamento de risco e dos limites operacionais, além de definir as fontes de preços e os modelos de marcação a mercado de ativos.
- c) Área de Análise de Crédito, responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais a instituição mantém ou estuda ter exposição creditícia.

15.5. Risco Operacional

A Distribuidora dispõe de uma estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional uma estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental conforme as melhores práticas de mercado e em atendimento a regulamentação vigente.

As formalizações estão definidas nos documentos internos “Metodologia de Risco Operacional” e “Política de Responsabilidade Socioambiental”, que dispõem sobre a obrigatoriedade de implementação de um sistema de controles internos e de estrutura de gerenciamento do risco operacional e do risco socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este documento também define o processo de gestão, os papéis e responsabilidades, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, além do processo de divulgação que garante a transparência das atividades de gerenciamento.

O Grupo RB Capital adotou um modelo de mapeamento que envolve todos os níveis organizacionais, com o objetivo de estabelecer uma estrutura efetiva de controles internos que promova e respeite os mais altos padrões éticos e de integridade e que enfatize o acultramento e a importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos, adequados à natureza, a complexidade e aos riscos das atividades desenvolvidas.

A Área de Compliance é responsável pelo mapeamento dos procedimentos, controles e riscos e pela atuação junto a todos os colaboradores do Grupo RB Capital com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas. É uma área independente e segregada da Auditoria Interna e com subordinação direta ao Diretor de Controles Internos.

O Risk and Control Self-Assessment - RCSA (Auto avaliação de Riscos e Controles) é a metodologia utilizada para identificar, avaliar, controlar, monitorar e mitigar os riscos, e apontar os impactos e as probabilidades dos riscos ocorrerem e apresenta medidas preventivas contra tais ocorrências. Trata-se de uma Metodologia de CSA que se utiliza de um sistema específico, terceirizado, de controle de gestão de risco.

15.6. Gerenciamento de Capital

A Distribuidora dispõe de uma estrutura para gerenciamento de capital constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções:

- a) Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável por decidir sobre planos de ação e estratégias relativos a mudanças na estrutura de capital da companhia.
- b) Área de Risco, responsável pelas informações de ativos ponderados por risco e adequação de capital.
- c) Área de Controladoria, responsável pelas informações de ativos, passivos e fluxo de caixa.

Além dos agentes descritos anteriormente, todas as estruturas contam com uma Auditoria Interna, realizada por uma empresa externa contratada pela área de Controladoria, cujo papel é garantir a adequação dos procedimentos e consistência entre as políticas de gerenciamento de risco e capital e a estrutura efetivamente implementada.

As descrições completas das estruturas de gerenciamento de risco e de capital encontram-se disponível no site www.rbcapitaldtvm.com.br/Gerenciamento-de-Risco, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

16. ACORDO DE BASILÉIA (LIMITE OPERACIONAL)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 30 de junho de 2018 foi de 15,6% (28,1% em 2017).

17. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC - 1SP 110330/O-6

* * *

